

Relações Parentais de Famílias Brasileiras Socialmente Vulneráveis em Tempos de Pandemia

Parental Relationships of Socially Vulnerable Brazilian Families in Times of Pandemic

Relaciones Parentales de Familias Brasileñas Socialmente Vulnerables en Tiempos de Pandemia

Aline Indaia Dorneles do Amaral(1), Caroline de Abreu Prola Fritsch(2)

1 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: indaiaadorneles@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1685-6773>

2 Psicóloga em consultório particular.

E-mail: caroline.prolla@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3851-3325>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, v. 15, n. 1, p. 32-48, janeiro-junho, 2023 - ISSN 2175-5027

[Submetido: jan. 5, 2022; Revisão1: mar. 8, 2023 Revisão2: maio 2, 2023; Aceito: maio 8, 2023; Publicado: ago. 7, 2023]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2023.v15i1.4657>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora: Márcia Fortes Wagner

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

A pandemia da COVID-19 indiscutivelmente alterou a vida de milhares de famílias ao redor do mundo, primordialmente, às que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Com isso, também modificou o modo como as relações parentais estão sendo construídas e vivenciadas. Este estudo teve como objetivo analisar as relações parentais de famílias socialmente vulneráveis, no contexto da primeira fase da Pandemia da COVID-19, no período de setembro de 2020 a janeiro de 2021. O método utilizado para este estudo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Assim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis pais/cuidadores que residem em uma comunidade no interior do Rio Grande do Sul. Considerando os resultados da pesquisa, foi possível observar que o contexto da vulnerabilidade social já fazia parte do desenvolvimento das participantes, pois também vinham de famílias vulneráveis socialmente. Entende-se assim, que a vulnerabilidade sempre se fez presente para esse grupo e com a pandemia, mais fatores econômicos e psicossociais foram agregados às problemáticas por elas vivenciadas. Embora, apesar de expressarem tais dificuldades, as participantes do estudo compreendem que o cenário sanitário vigente tenha aumentado as adversidades, mas também trouxe aspectos positivos.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social, Parentalidade, Relações Familiares, COVID-19.

Abstract

The pandemic of COVID-19 has undoubtedly changed the lives of thousands of families around the world, especially those in situations of social vulnerability. As a result, it has also changed the way parental relationships are being built and experienced. This study aimed to analyze the parental relationships of socially vulnerable families, in the context of the first phase of the COVID-19 Pandemic, in the period from September 2020 to January 2021. The method used for this study is qualitative, exploratory research. Semi-structured interviews were conducted with six parents/caregivers. Considering the results of the research, it was possible to observe that the context of social vulnerability was already part of the participants' development, since they also came from socially vulnerable families. Thus, it is understood that vulnerability has always been present for this group, and with the pandemic, more economic and psychosocial factors were added to the problems they experienced. Although, despite expressing such difficulties, the participants of the study understand that the current health scenario has increased adversities, but also brought positive aspects.

Keywords: Social Vulnerability, Parenting, Family Relations, COVID-19.

Resumen

La pandemia de COVID-19 ha cambiado sin duda la vida de miles de familias en todo el mundo, especialmente las que se encuentran en situación de vulnerabilidad social. Con ello, también ha cambiado la forma en que se construyen y viven las relaciones parentales. Este estudio tuvo como objetivo analizar las relaciones parentales de familias socialmente vulnerables, en el contexto de la primera fase de la Pandemia del COVID-19, en el período de septiembre de 2020 a enero de 2021. El método utilizado para este estudio, es una investigación cualitativa, de naturaleza exploratoria. Así, fueron realizadas entrevistas semiestructuradas a seis padres/cuidadores. Considerando los resultados de la investigación, fue posible observar que el contexto de vulnerabilidad social ya formaba parte del desarrollo de los participantes, pues ellos también provenían de familias socialmente vulnerables. Así, se entiende que la vulnerabilidad siempre estuvo presente para ese grupo y que, con la pandemia, se agregaron más factores económicos y psicossociales a los problemas que experimentaban. Sin embargo, a pesar de manifestar tales dificultades, los participantes del estudio entienden que el escenario sanitario actual ha aumentado las adversidades, pero también ha traído aspectos positivos.

Palabras clave: Vulnerabilidad Social, Responsabilidad Parental, Relaciones Familiares, COVID-19.

Introdução

A pandemia da COVID-19 suscitou a reorganização na vida de inúmeras famílias ao redor do mundo. Com isso, destacaram-se as configurações familiares com filhos (crianças), considerando que os pais e cuidadores se depararam com desafios importantes no sistema familiar. Distintas áreas da vida individual e familiar estavam conflitando concomitantemente, como: atuação laboral remota ou presencial, insuficiência de renda atrelada ao aumento das contas básicas, filhos integralmente em casa, privação da rede de apoio e cuidados constantes para não haver contaminação pelo vírus (Prime et al., 2020).

O primeiro registro do novo coronavírus (Sars-CoV-2) ocorreu em um município da China em dezembro de 2019, sendo a manifestação clínica da doença compreendida como uma Síndrome Respiratória Aguda Grave. Dentre os sintomas que a COVID-19 manifesta em muitos casos, podem ser citados: dificuldade em respirar, dores musculares, febre, perda de olfato ou paladar, bem como outras sintomatologias. Em janeiro de 2020, a Associação Mundial da Saúde (OMS) declarou o novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Preocupação Internacional (USPPI). Em um mês, foram mais de 118.000 casos em 114 países e 4.200 mortes pela doença. Os órgãos responsáveis pela criação de diretrizes de saúde, como a OMS e a Organização Pan-Americana da saúde (OPAS), foram além de exigir da confederação ações de contenção e colocar em prática planos de resposta emergencial ao COVID-19. Assim, as nações desenvolveram planos de resposta que foram reconhecidos pela OMS. Os planos estipulados incluíam manter os pacientes com sintomas leves em casa para reduzir o fluxo de pessoas infectadas com o vírus, além de implementar a quarentena (Da Silva & Procópio, 2020; OMS, 2020).

A pandemia foi confirmada no Brasil em fevereiro de 2020 e logo o coronavírus se espalhou por todo o país. Assim, foram tomadas medidas de contenção da disseminação do vírus no território brasileiro, as quais ocorreram de modo heterogêneo, ficando a critério dos estados construir e adotarem planos interventivos de rápido, médio e longo prazo para o enfrentamento da COVID-19 (Centro de Pesquisa em Direito e Segurança [CEPEDES], 2020). Dentre as orientações sanitárias, o distanciamento físico foi um dos encaminhamentos similares entre os governos, com o intuito primordial de retardar a propagação do vírus. No entanto, a adoção de tal estratégia corroborou para expor uma série de problemas que afetam diferentes âmbitos, como a economia e a educação (Ferrari & Cunha, 2020).

As organizações mundiais responsáveis pela promoção de saúde identificaram que os impactos da pandemia da COVID-19 foram significativos para as populações ditas vulneráveis (Ahmed et al., 2020). No que se refere a uma conjuntura vulnerável, entende-se que ocorra a partir de um processo multifatorial, o qual possui inúmeros

determinantes e causas. A vulnerabilidade social não pode ser atrelada apenas a ausência de renda, pois é necessário mais do que isso para caracterizar um indivíduo como vulnerável (Scott et al., 2018). Assim, os fatores que contribuem para ocasionar um ambiente vulnerável quando inexitem ou possuem baixa qualidade, podem ser citados: acesso à educação; à serviços de saúde; infraestrutura urbana; mobilidade urbana; espaços de lazer; ocupação laboral e planejamento familiar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, 2015).

Acerca do contexto pandêmico, os déficits na área da saúde, contextos sociais e medidas não igualitárias sobre o território brasileiro, fizeram com que as intervenções adotadas pelo governo frente aos impactos da COVID-19 fossem experienciadas por diferentes camadas da sociedade. Ao considerar a história de vida de cada indivíduo, local que reside e as relações sociais que permeiam as suas vidas, compreende-se que estes fatores impactam na maneira que vivenciaram a nova realidade imposta pela pandemia (Pires et al., 2020).

Entende-se que o cenário social, econômico e sanitário afeta diretamente na qualidade das relações familiares e, quando apresentados como estressores para este sistema, podem ampliar as vulnerabilidades, propiciando uma reorganização dos seus membros (Walsh, 2016). A pandemia da COVID-19 indiscutivelmente alterou a vida de milhares de famílias ao redor do mundo e, com isso, também o modo como as relações parentais estão sendo construídas e vivenciadas. O presente estudo visou analisar as relações parentais de famílias socialmente vulneráveis, utilizando como recorte temporal a segunda fase da Pandemia da COVID-19 (período de setembro de 2020 a janeiro de 2021).

Método

Este estudo utilizou o método qualitativo de investigação, sendo esse o processo de pesquisa que visa a plena compreensão e explicação das dinâmicas relacionais (Flick, 2013). Dentre elas, empregou-se, neste estudo, o recorte do contexto da pandemia COVID-19 e suas implicações no âmbito de famílias em situação de vulnerabilidade social. No que tange à natureza do trabalho, apresenta-se como uma pesquisa aplicada, propondo desenvolver conhecimentos para aplicação prática, voltada para solucionar problemas pontuais. Mostra-se como um estudo de cunho exploratório, o qual preocupa-se em investigar determinado fenômeno, objetivando conhecer de modo mais aprofundado a sua natureza (Gil, 2017). Assim, corrobora para que o participante da pesquisa não seja apenas o objeto a ser investigado, tornando-se também, o sujeito que produz significados nos processos sociais da sua própria história (Mattos, 2010).

Participantes

Participaram da pesquisa seis pais-cuidadores que exerciam as práticas parentais de crianças entre quatro e 12 anos. Dentre os critérios de inclusão, não havia a exigência que os participantes fossem de um gênero específico, ainda assim, apenas mulheres optaram por contribuir com este estudo. Para a escolha dos participantes foram aplicados critérios de inclusão e exclusão, sendo eles, respectivamente: Critérios de inclusão - estar assintomático da COVID-19; não fazer parte do grupo de risco do novo coronavírus (idosos e sujeitos com doenças crônicas); residir necessariamente na comunidade pesquisada; ter idade entre 18 e 60 anos; possuir um ou mais filhos que estejam entre as idades de quatro e 12 anos (período referente à primeira infância à segunda infância); ser o(s) responsável(is) legal e realizar as práticas da parentalidade com a criança; residir na mesma moradia; ter exercido o cuidado parental da criança entre os quatro e 12 anos; ser cadastrado no CadÚnico (Cadastro Único) e ser beneficiário do Programa Bolsa Família. Critérios de exclusão - pessoas que apresentam surdez ou perda auditiva grave e apresentam algum déficit cognitivo que impossibilite a compreensão e aplicação dos instrumentos de investigação.

Instrumentos

A coleta de dados da presente pesquisa foi composta por dois instrumentos, os quais foram elaborados especificamente para este estudo. Desta forma, a coleta aconteceu a partir de uma entrevista sociodemográfica, que tinha como intuito caracterizar o perfil socioeconômico dos participantes, na qual foram preenchidas questões referente às características pessoais, tais como o nome, idade, ocupação, renda familiar e as pessoas com quem os participantes do estudo vivem.

No que concerne ao segundo instrumento, tipifica-se como uma entrevista semiestruturada, concebida com base no aporte teórico da Teoria Sistêmica, considerando a Teoria Bioecológica proposta por Urie Bronfenbrenner (2011). Em consonância com o objetivo da pesquisa, a qual visou analisar as relações parentais em famílias socialmente vulneráveis na segunda fase da Pandemia da COVID-19 (marcada pelo isolamento social), foram elaboradas a priori as seguintes categorias: 1) Práticas de cuidado parental na família nuclear e 2) Impactos do contexto social, econômico e sanitário no exercício da parentalidade. Tais categorias suscitaram as 12 questões da entrevista semiestruturada, elas visavam compreender de que modo era realizado a divisão de tarefas entre pais/cuidadores e filhos, valores que os participantes entendiam como fundamentais na educação parental, dificuldades e estratégias desenvolvidas no processo de educá-los, influências que o cenário socioeconômico brasileiro possui na educação parental e possíveis impactos que o contexto pandêmico ocasionou na relação pais/cuidadores e filhos. Em ambas as técnicas, as pesquisadoras auxiliaram os

participantes, sejam em dúvidas referente aos instrumentos aplicados ou sobre o estudo e suas questões éticas.

Procedimentos

A coleta de dados foi realizada em dezembro de 2020, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos, recebendo o CAAE 39010820.4.0000.5306. Os participantes do estudo foram contatados a partir de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul. Utilizou-se como critério para tal predileção, o fato da referida comunidade ser constituída por pessoas que atingiram os requisitos necessários para caracterizarem-se em vulnerabilidade social. Assim, os parâmetros conceituais e técnicos utilizados para caracterizar a vulnerabilidade social, foram o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Programa Bolsa Família (programa vigente no momento da coleta dos dados).

A pesquisa ocorreu em uma comunidade socialmente vulnerável no interior do estado do Rio Grande do Sul, no contexto da segunda fase da Pandemia da COVID-19, período de setembro de 2020 a janeiro de 2021. No que tange às fases da pandemia, a primeira fase (março a agosto de 2020) foi caracterizada pela propagação dos casos de COVID-19 de modo abrupto em território brasileiro e pela adesão a medidas de contenção do vírus. Já na segunda fase da pandemia (setembro de 2020 a janeiro de 2021), houve uma estabilização dos indicadores de transmissão, mantiveram-se um número elevado de casos, com alta positividade de testes e estabilização do número de ocupação de leitos e óbitos. As campanhas de vacinação contra a COVID-19 no Brasil iniciaram no fim de janeiro de 2021, embora fossem poucas doses disponíveis. Tal período caracterizou a terceira fase da pandemia (fevereiro a junho de 2021), compreendido como um dos períodos mais letais da pandemia, seja pelo aumento da transmissão do vírus, como também pelo número ascendente de óbitos (até 4.000 óbitos por dia) e colapso do sistema de saúde brasileiro (Barcellos & Xavier, 2022).

A participação no estudo ocorreu por meio do interesse dos pais/cuidadores que residem na comunidade da UBS em contribuir com o estudo, caso atendessem a todos os critérios de inclusão. Para o recrutamento dos participantes, a enfermeira responsável pelo serviço realizou o convite verbal para os usuários, funcionários e por fim, estendeu a divulgação para a rede social da UBS. A respeito disso, a UBS utilizava como um recurso para comunicar a agenda médica e informações referente ao funcionamento da unidade, uma conta no Facebook do próprio serviço. Nesse sentido, a comunidade tinha como prática acessar os comunicados da unidade a partir desta conta na rede social.

A partir da divulgação realizada pela internet, os usuários do serviço que demonstraram interesse em compor a pesquisa, sinalizaram no chat da referida rede social e informaram os seus contatos de telefone para a enfermeira, posteriormente, a

pesquisadora acessou tais dados. Através dos contatos disponibilizados, a pesquisadora agendou um encontro presencial e individual com cada usuário que demonstrou interesse em compor o estudo para elucidar o objetivo da pesquisa e os critérios de inclusão.

Devido ao contexto sanitário pandêmico, a coleta de dados foi realizada na Associação Comunitária do local, a qual possuía um espaço amplo e arejado. Assim, as entrevistas foram realizadas de modo individual, ou seja, apenas a pesquisadora e o participante do estudo. Após as explicações iniciais, as entrevistas tiveram a duração de 40 minutos e utilizou-se o recurso do gravador de voz (autorizado pelo participante) e anotações em papel para registrar as falas dos pais/cuidadores. Após o término das entrevistas, as gravações foram transcritas e organizadas a partir das categorias construídas.

Os dados da pesquisa foram analisados a partir do método da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Essa técnica é muito utilizada para análise em pesquisas quantitativas e qualitativas no campo da Psicologia e define a análise como um conjunto de instrumentos que têm como característica principal a interpretação e controle dos dados, baseada na inferência. Bardin (2016) explicita que o trabalho a partir do método da análise de conteúdo é caracterizado por regras lógicas de organização, categorização e tratamento de dados, as quais estão presentes ao longo do processo de preparação, de elaboração e de relato de resultados, e nesse sentido, sugere algumas etapas a serem seguidas no manejo do material de análise. A primeira etapa Bardin (2016) denomina como pré-análise, sendo a definição das hipóteses, os objetivos delineados e os indicadores de critério de análise que foram utilizados.

No segundo momento, com base na sugestão de Bardin (2016), aconteceu a exploração do material, em que aplicou-se a codificação, onde ocorreu a transformação do dado bruto em evidências empíricas. Nessa etapa, foram utilizados três critérios para sistematização: o recorte, a enumeração, a classificação e a agregação. Por fim, aplicou-se o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, etapa que pode ser feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada dos resultados.

Tal método, cita seis técnicas para análise de conteúdo, sendo elas: análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações e análise do discurso. Neste estudo, foi empregada a análise categorial, uma técnica de pesquisa que viabiliza a criação de inferências a respeito de determinado conteúdo. Para essa finalidade, foi realizada a codificação do conteúdo, fazendo a aplicação de códigos que formaram as categorias. Para a elaboração das categorias, a partir de uma análise de conteúdo, essas devem ser: 1) exclusivas, 2) exaustivas e 3) homogêneas, nesta ordem de importância.

A compreensão sistêmica que sustentou o olhar sobre os resultados desta pesquisa partiu da Teoria Bioecológica proposta por Urie Bronfenbrenner (2011). Na perspectiva desta teoria e do modelo PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo), destaca-se que

o desenvolvimento humano é um fenômeno situado e influenciado no contexto em que o indivíduo é inserido e assim deve ser entendido e estudado, sem deixar de lado as relações de mútua influência existentes entre todos os ambientes ecológicos que o indivíduo faz parte. A partir da premissa de Bronfenbrenner (2011), o processo é atribuído às trocas estabelecidas entre o ser em desenvolvimento e o ambiente externo imediato: pessoas, objetos e símbolos. É através de um processo ativo do indivíduo que em contínua interação, progressivamente, torna-se mais complexo e essencial para as relações entre os contextos, ou seja, os ambientes ecológicos que a pessoa está inserida. Logo, os processos proximais, dizem respeito à maneira que se referem às interações das pessoas em desenvolvimento, são importantes para a formação dos sistemas diádico, triádico e por fim poliádico, os quais caracterizam os relacionamentos interpessoais da mesma (Bronfenbrenner, 2011).

O segundo núcleo apresenta aspectos acerca das características pessoais de cada indivíduo ou das pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento, sejam elas emocionais, cognitivas ou motivacionais, já que podem mudar ou definir o curso dos processos proximais. O contexto, caracteriza-se por qualquer situação ou acontecimento que pode influenciar ou ser influenciado pelo indivíduo em desenvolvimento. Ou seja, o indivíduo e o contexto mantêm uma relação de influência mútua e são entendidos como sistemas organizados que se encaixam um dentro do outro, sendo chamados de microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Referem-se aos contextos mais imediatos do indivíduo às “instituições sociais comuns em uma determinada cultura ou subcultura” (Bronfenbrenner, 2011). Por fim, o último núcleo do modelo PPCT, é a dimensão temporal, no qual entende-se que o tempo possui uma relevante influência no desenvolvimento humano, já que diz respeito às mudanças que ocorrem ao longo do ciclo vital do indivíduo.

Resultados

A partir da coleta de dados realizada, foi possível analisar algumas questões atreladas ao objetivo do presente estudo. Desta forma, inicialmente foram apresentados os dados sociodemográficos dos participantes, a fim de caracterizar a população que compôs a presente pesquisa. Respectivamente, os resultados da entrevista semiestruturada, referente às práticas da parentalidade em contextos vulneráveis e em meio a pandemia da COVID-19.

Os dados sociodemográficos foram apresentados em formato de tabela para uma melhor visualização. Foram utilizados nomes fictícios para identificar os participantes e seus familiares. Nesse sentido, ressalta-se a importância de manter sigilo sobre as informações fornecidas pelos integrantes da pesquisa, de modo que não possam ser

reconhecidos por outrem, conforme Resolução N° 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de 20 de dezembro de 2000 e Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Foi possível detalhar o perfil dos participantes da pesquisa por meio da coleta dos dados sociodemográficos. Assim, os indivíduos que integraram a pesquisa foram mulheres, com idades variando de 30 a 56 anos. No que tange ao nicho empregatício e de renda, destacou-se a predominância das atividades laborais voltadas para a limpeza, com a renda familiar perpassando de 1.000 a 1.500 reais. Além de realizar os cuidados parentais, em sua grande maioria, tais participantes eram as únicas responsáveis financeiramente pelas famílias, evidenciando assim, a configuração familiar monoparental feminina. Dentre os dados coletados, pode-se verificar também, que a primeira gestação das participantes ocorreu entre os 17 e os 34 anos de idade, sendo o subsistema parental composto de dois a seis filhos. E apenas duas participantes declararam estar em um relacionamento conjugal, das sete integrantes da pesquisa. Através da entrevista semiestruturada, foi possível construir temáticas norteadoras para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, sendo elas: Parentalidade em contextos vulneráveis e Exercício da parentalidade em meio a pandemia da COVID-19.

Discussão

Parentalidade em contextos vulneráveis

Acerca da parentalidade e do contexto socioeconômico na família de origem e na nuclear das participantes, elas trazem as seguintes falas

[...] eu comecei a trabalhar vendendo coisas desde os 12 anos, vendia lingerie, vendia roupas para ajudar dentro de casa, mesmo assim conseguia ficar sabendo que sempre faltava coisas. Mas o pai dele (do filho) sempre me ajudou, eu saí com 14 anos de lá, daí ficou só a mãe e o meu irmão. Daí sempre que eu podia levava coisas ou ajudava com uma coisa ou outra. (Beatriz)

[...] eu nunca gostei do meu padrasto também, foi meio abusivo comigo, se sabe, não se passou assim, mas largava charadinha, coisa assim. [...] eu e meu esposo morava com a gente do meu esposo, aí lá a gente não tinha água, não tinha luz. Então quando eu ia tomar banho, dar banho nas crianças, eu ia para casa da minha mãe, aí ele (padrasto) sempre espiava na porta do banheiro e eu sempre dizia para minha mãe. Daí eu já botava as cria junto no banho, entendeu? (Maria)

Os trechos retratados é possível perceber diversos fatores de vulnerabilidade nas narrativas das participantes, como também, de risco, dentre eles estão: trabalho infantil, casamento na adolescência, exposição a situações de violência física e/ou sexual; exposição a substâncias psicoativas, evasão escolar, carência de mantimentos alimentícios e residências descritas como precárias. No entendimento de Walsh (2015), situações consideradas como complexas para um sistema familiar, suscitam repetidos ajustes em seu funcionamento. Fato este, que pode corroborar para o surgimento de desgastes e sobrecarga nas relações familiares. Na família de origem das participantes do estudo, é possível verificar alguns fatores vistos como desafios persistentes e prolongados para o ciclo vital familiar, cita-se a exposição às substâncias psicoativas, violência física e sexual. De acordo com a autora supracitada, tais acontecimentos estressores podem auxiliar na aprimoração de habilidades e desenvolver recursos na tentativa de sobrevivência física e psíquica da família de origem e para as adversidades nas relações que serão construídas posteriormente.

A maneira como a realidade é percebida pelo sujeito, pode estar relacionada ao modo em como os acontecimentos em sua volta estão sendo narrados. As falas das participantes que compuseram a presente pesquisa, transparecem o modo como elas percebem e dão sentido à sua própria história de vida, seja na conjuntura da família de origem ou da nuclear (Soar Filho, 1997; Minuchin, 2009). Em um ambiente social e econômico permeado por situações adversas, compreende-se que o sentido dado ao que circula naquele espaço possa gerar comportamentos de inércia ou naturalização. Os discursos trazidos pelas entrevistadas, mostram um conjunto de carências existentes em seu desenvolvimento, as quais transbordam em suas práticas parentais na família nuclear.

Exercício da parentalidade em meio a pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19 mostrou-se como um desafio complexo e em progressão avassaladora, tal acontecimento repercutiu diretamente na vida da população mundial. Primordialmente, daqueles grupos que estão submersos em contextos mais vulneráveis, destes, destacam-se as famílias com crianças em ambientes carentes. Nesse sentido, famílias em situação de vulnerabilidade social são acometidas por uma realidade na qual são expostas a diversos fatores de risco físico, psicológico e social (Scott et al., 2018). Partindo dessa circunstância, compreende-se que a pandemia gerada pela COVID-19 tenha gerado um contexto de inseguranças e estresse, primordialmente, nas famílias que possuem uma situação mais precarizada de vida. Assim, tal contexto interfere no cotidiano de todos que compõem aquele sistema, inclusive o das crianças.

As organizações mundiais responsáveis pela promoção de saúde identificaram como relevantes os impactos da COVID-19 nas populações ditas vulneráveis (Ahmed

et al., 2020). Ainda, os déficits de atenção e cobertura sobre o território brasileiro fazem com que as intervenções adotadas pelo governo frente a COVID-19, tenham sido experienciadas de modo diferenciado pela população. A partir dessa perspectiva, é de se esperar que grupos submetidos a processos de vulnerabilização sofram em uma intensidade maior os efeitos deletérios e alheamento das medidas destinadas para o enfrentamento da COVID-19 (Procópio, 2020).

Em um estudo realizado por Sousa, Machado e Carmo (2020), o qual envolve os casos de COVID-19 até seis de maio de 2020, buscou-se avaliar a relação entre as taxas de incidência, mortalidade e letalidade da COVID-19 e 49 indicadores sociais de desenvolvimento humano e vulnerabilidade social. Assim, pode-se verificar com esta pesquisa, uma maior incidência da COVID-19 em cidades que possuem o índice de vulnerabilidade social com score mais alto; maior correlação de pessoas que vivem em moradias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora para chegar ao local de trabalho; maior proporção de crianças de com idade de seis a 14 anos que estão fora da escola; maior taxa de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e têm renda per capita inferior a meio salário mínimo. O distanciamento social, medida adotada por todos os estados brasileiros para coibir o avanço do vírus ao utilizar o confinamento domiciliar, não considerou que muitas famílias carentes contam com pouquíssima ou nenhuma estrutura em suas casas para realizar tal medida.

A realidade de tais condições na habitação de grande parte da população brasileira, está aquém do esperado, primordialmente, em cenários atípicos como o que a pandemia trouxe. Os indicadores apresentados segundo a pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), revelam que o Brasil enfrenta o crescimento do déficit habitacional nos últimos anos, chegando a 7,7 milhões em 2017 de habitações precárias ou inexistentes. O que revela uma condição bastante preocupante e impossibilita a adesão dos grupos vulneráveis às medidas de isolamento social e dos cuidados básicos de biossegurança (Pires, 2020).

O distanciamento social corrobora em outros desdobramentos na primeira fase da pandemia, como por exemplo, no campo educacional, pois as escolas e universidades ministraram suas aulas exclusivamente no modelo remoto. Com tais medidas para a sua proteção, crianças e adolescentes foram afastados de um ambiente importante para seu desenvolvimento psicossocial, afetivo e educativo. Fato este, evidenciou ainda mais o papel que as escolas e universidades ocupam na vida de inúmeras famílias, além de formadoras, constroem espaços de proteção e socialização (CEPEDES, 2020).

A medida citada acima, propiciou que muitos indivíduos passassem a estar por mais tempo em suas casas, fato que acarretou em um misto de experiências, sejam

elas positivas ou não. Com a pandemia, o nível de preocupações e necessidades básicas tornou-se mais elevado, corroborando em uma maior interação entre os membros daquele sistema. Partindo da premissa exposta acima, as entrevistadas foram questionadas se a pandemia ocasionada pela COVID-19 havia gerado algum impacto na relação que mantinham com os seus filhos, foi enunciado os seguintes trechos:

[...] Em relação a pandemia, agora a gente tá mais dentro de casa, mais reservado, porque a gente não sai muito. Mas eu acho que a relação com os meus filhos dentro de casa, por um lado, até foi bom, porque a gente conversa mais, tem mais contato. E isso eu não tinha há muito tempo atrás, porque eu trabalhava a semana inteira e o dia inteiro, chegava em casa sempre na correria, fazia uma comida e pouca atenção dava.

Me aproximei mais, mas me estressei mais. [...] É todo mundo, acho que não teve uma família nessa pandemia, que não se estressou em casa. [...] Um pouco (dificuldade financeira), mas até não tanto, porque o colégio dava cesta básica. (Maria)

A partir dos relatos das participantes, foi possível observar que o contexto sanitário influenciou de maneira drástica a realidade de muitas famílias. Para Silva et al. (2020), o surgimento da COVID-19 modificou a dinâmica de diversos grupos. No que se refere às famílias brasileiras, além das mudanças em suas rotinas, entende-se que algumas redes ficaram fragilizadas, como a rede de apoio social. Já para Brito e Koller (1999), a rede de apoio social é constituída por pessoas e/ou sistemas significativos para um indivíduo. Assim, a presença ou ausência da rede de apoio social irá gerar repercussões no desenvolvimento de um sujeito, seja sobre a sua integridade física ou emocional. Os vínculos criados a partir desta rede, podem ser de extrema importância em situações adversas ou momentos de crise, promovendo a resiliência. Para as famílias em situação de vulnerabilidade social, a presença da rede de apoio pode ser vital para o bem-estar deste sistema e dos seus membros. Devido ao cenário pandêmico, houve a necessidade sanitária de ocorrer o distanciamento social, promovendo o fechamento de escolas, creches e afastamento de outras pessoas, mesmo as mais próximas (Yunes et al., 2007).

Dessa maneira, na ausência ou escassez da rede de apoio para com os filhos, as participantes da pesquisa depararam-se com mais um desafio: prover o mantimento da família e concomitantemente cuidá-la, primordialmente, das crianças. Para uma parcela notória da população no Brasil, as redes de apoio são fundamentais como suporte familiar; por meio delas que mães e pais delegam os cuidados dos seus filhos, seja para ir ao trabalho ou para serem auxiliados em adversidades difíceis de manejar, como problemáticas sociais, financeiras e emocionais (Brooks et al., 2020).

Apesar de ter sido um período conturbado para grande parte da sociedade mundial, as participantes do estudo puderam identificar, em meio à pandemia, alguns benefícios em estar mais tempo em casa, mesmo que isso tenha propiciado um aumento em suas adversidades financeiras. Seja pela presença do desemprego, risco de contágio ou pela obrigatoriedade do isolamento social, as entrevistadas relataram passar a conviver mais com os filhos. Em consonância com tal afirmação, Henry et al. (2015), já refletiam sobre as forças e capacidades da família para superar os estressores que a rodeiam. Ainda nesse sentido, é possível pensar no conceito de resiliência familiar proposto por Froma Walsh (2016), o qual compreende a capacidade de resistir e também se recuperar de eventos estressores ao longo do ciclo vital das famílias. A autora propõe, ainda, que além do enfrentamento e adaptação, são consideradas famílias resilientes as que conseguem se recuperar e ainda, desenvolver um crescimento positivo, mesmo diante das adversidades vivenciadas.

Assim, em momentos adversos como o vivenciado até o presente momento pelas participantes, o sistema familiar pode utilizar das suas forças e capacidades para enfrentar um quadro tão crítico como o da pandemia. Isso torna-se visível em uma das falas do estudo, a participante menciona que [...] mas eu acho que a relação com os meus filhos dentro de casa, por um lado, até foi bom, porque a gente conversa mais, tem mais contato [...] A partir disso, mesmo com inúmeros problemas existentes, as participantes encontraram aspectos positivos em estar em casa, pois puderam estar mais presentes no cotidiano dos seus filhos e em suas rotinas diárias.

Em contrapartida, elas também relataram a seguinte questão: “Me aproximei mais, mas me estressei mais”. Tal fato pode ser explicado a partir da compreensão que a pandemia suscitou situações desconhecidas ou não percebidas como problemáticas pelos pais. Nesse sentido, destaca-se o compartilhamento do espaço entre os membros daquele sistema, corroborando em uma menor privacidade. Além disso, se antes o uso do celular e aparelhos tecnológicos já faziam parte da rotina diária de crianças e adolescentes, com o início da pandemia tal situação se acentuou, algo que pode gerar conflitos na relação familiar (Fundação Oswaldo Cruz [FIOCRUZ], 2020b; Prime et al., 2020).

A pandemia da COVID-19 corroborou em mais um desafio para as famílias que já possuíam outras necessidades não supridas, podendo ser as crianças, as que mais sentem tal impacto. Como destacado nas falas das entrevistadas, as necessidades econômicas tornaram-se maiores ou mais difíceis de serem manejadas, tal fato corroborou o entendimento dos autores citados acima (Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância, 2020). Entretanto, crises podem se tornar preditores para a mudança, como uma possibilidade de crescimento e novos arranjos (Zani & Mansano, 2017).

Após quase dois anos desde o primeiro caso de COVID-19 no Brasil, a realidade mostra-se diferente: adesão de campanhas de vacinação em massa, distanciamento social mais flexível e retorno de milhares de estudantes às salas de aula. A volta às atividades

escolares merece destaque, pois no decorrer da pandemia 3,8% das crianças e dos adolescentes de seis a 17 anos cessaram os estudos, seja no remoto ou no modo presencial. Ainda, a realidade de quatro milhões de estudantes brasileiros que continuaram frequentando as aulas, é de não ter realizado nenhuma atividade escolar, mesmo não estando em férias (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2021).

Considerações Finais

O surgimento da pandemia da COVID-19 propiciou mudanças drásticas na vida de milhares de pessoas. Tal acontecimento atípico e com extrema rapidez em sua proporção, gerou uma reorganização social mais rápida ainda, primordialmente, naquelas famílias que possuem filhos. Com as medidas necessárias de distanciamento social, muitas famílias tiveram em seus lares o único espaço razoavelmente seguro para estar durante este período. Se antes do cenário pandêmico existir, as adversidades de cunho econômico e sociais já permeiam as famílias ditas vulneráveis no Brasil, o novo coronavírus tornou-se o estopim para que tal cenário fosse agravado. É indiscutível a partir das pesquisas realizadas, que a COVID-19 não foi a única causa para os desempregos em massa, aumento no custo de vida e taxas elevadas de pessoas em situação de vulnerabilidade, mas sim, auxiliou e expôs tais realidades já existentes.

O intuito deste estudo foi analisar as relações parentais de famílias socialmente vulneráveis em meio a pandemia da COVID-19, mais precisamente de setembro de 2020 a janeiro de 2021. A pesquisa objetivou acessar os pais/cuidadores, porém apenas mulheres quiseram participar. Nesse sentido, de acordo com as participantes deste estudo, foi possível observar que o contexto da vulnerabilidade social já fazia parte da sua constituição identitária, pois também vinham de famílias de origem vulneráveis. Entende-se, assim, que a vulnerabilidade sempre se fez presente para esse grupo e com a pandemia, mais fatores econômicos e psicossociais foram agregados às problemáticas por elas vivenciadas. Apesar de expressarem tais dificuldades, as participantes da pesquisa compreendem que mesmo que o cenário sanitário vigente tenha aumentado as adversidades, ele trouxe algo positivo: participar da rotina dos membros da família e vivenciar a infância dos seus filhos. O distanciamento social se tornou, neste grupo de mulheres, a possibilidade de exercer a prática parental através de um cuidado mais participativo, transpondo a vivência anterior de uma parentalidade voltada para dar conta das necessidades básicas (alimentação, vestimentas, moradia) e desta forma, atravessada pela carga horária de trabalho, para uma vivência parental mais próxima e afetiva. Assim, sugere-se mais estudos referente a presente temática, primordialmente, no impacto nas relações parentais no pós pandemia.

Referências

- Ahmed, F., Ahmed, N., Pissarides, C., & Stiglitz, J. (2020). Why inequality could spread COVID-19. *The Lancet Public Health*, 5(5), Artigo e240. [https://doi.org/10.1016/s2468-2667\(20\)30085-2](https://doi.org/10.1016/s2468-2667(20)30085-2)
- Barcellos, C., & Xavier, D. R. (2022). As diferentes fases, os seus impactos e os desafios da pandemia de covid-19 no Brasil. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 16(2). <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i2.3349>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (7ª ed.).
- Batista A. Antunes B. Faveret G. Peres I. Marchesi J. Cunha J. & Bozza F. (2020). *Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil* (Nota técnica). Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. <https://sites.google.com/view/nois-pucrio>
- Brito, R. C., & Koller, S. H. (1999). *O mundo social da criança: Natureza e cultura em ação*. Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Experiências naturais e planejadas*. Artes Médicas.
- Brooks, S. K., Webster, R. K., Smith, L. E., Woodland, L., Wessely, S., Greenberg, N., & Rubin, G. J. (2020). The psychological impact of quarantine and how to reduce it: Rapid review of the evidence. *The Lancet*, 395(10227), 912–920. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)30460-8](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(20)30460-8)
- Cardoso, B. B. (2020). A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 1052–1063. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200267>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), I. (2015). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. (n.35). Coordenação de População e Indicadores Sociais. <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv95011.pdf>
- Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância. (2020). *Repercussões da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento infantil*. São Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/biblioteca/repercussoes-pandemia-covid-19-desenvolvimento-infantil/>
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos* (Resolução no 510, de 7 de abril de 2016). <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Correia, S., Luck, S., & Verner, E. (2020). Pandemics depress the economy, public health interventions do not: Evidence from the 1918 flu. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3561560>

- Peci, A. (2020). A resposta da administração pública brasileira aos desafios da pandemia. *Revista de Administração Pública*, 54(4), 1–3. <https://doi.org/10.1590/0034-761242020>
- De Freitas C. Silva I. Vida M. Cidade N. C. Silva M. Peres M. & Freitas M. (2020). *Análise dos decretos estaduais no primeiro mês* (Relatório Técnico e Sumário Executivo Gestão de Riscos e Governança na Pandemia por COVID-19 no Brasil). Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDES). <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41452>
- De Souza, C. D. F., Machado, M. F., & do Carmo, R. F. (2020). Human development, social vulnerability and COVID-19 in Brazil: A study of the social determinants of health. *Infectious Diseases of Poverty*, 9(1). <https://doi.org/10.1186/s40249-020-00743-x>
- Ferrante, L., & Fearnside, P. M. (2020). Protect Indigenous peoples from COVID-19. *Science*, 368(6488), 251.1–251. <https://doi.org/10.1126/science.abc0073>
- Ferrari A. & Cunha A. (s.d.). A pandemia de Covid-19 e o isolamento social: Saúde versus economia. *Ufrgs*. <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-a-pandemia-de-covid-19-e-o-isolamento-social-saude-versus-economia/>
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes*. Penso.
- Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf
- Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). (2020). *Crianças na pandemia COVID-19* (Cartilha da série Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19 - 2020b). https://www.fiocruz-brasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/criancas_pandemia.pdf.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2021). *Enfrentamento da cultura do fracasso escolar*. <https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6ª ed.). Atlas.
- Grandesso, M. (2009). *Desenvolvimentos em terapia familiar: Das teorias às práticas e das práticas às teorias*. Artes Médicas.
- Grady, J. S., Her, M., Moreno, G., Perez, C., & Yelinek, J. (2019). Emotions in storybooks: A comparison of storybooks that represent ethnic and racial groups in the united states. *Psychology of Popular Media Culture*, 8(3), 207–217. <https://doi.org/10.1037/ppm0000185>
- Henry, C. S., Sheffield Morris, A., & Harrist, A. W. (2015). Family resilience: Moving into the third wave. *Family Relations*, 64(1), 22–43. <https://doi.org/10.1111/fare.12106>
- Mattos, C., & Castro, P. (2011). *Etnografia e educação: Conceitos e usos [online]*.
- Ministério da Saúde. (2002). *Manual operacional para comitês de ética em pesquisa*. Conselho Nacional de Saúde. https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_Operacional_miolo.pdf
- Minuchin, S. (2009). *Famílias e casais: Do sintoma ao sistema*. Artmed.

- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2009). *Terapia familiar: Conceitos e métodos*. Artmed.
- Pires, R. R. C. (2020). *Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: Propostas para o aperfeiçoamento da ação pública* (Nota técnica n. 33). Brasil: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9839>
- Prime, H., Wade, M., & Browne, D. T. (2020). Risk and resilience in family well-being during the COVID-19 pandemic. *American Psychologist*, 75(5), 631–643. <https://doi.org/10.1037/amp0000660>
- Scott, J. B., Prola, C. D. A., Siqueira, A. C., & Pereira, C. R. R. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24(2), 600–615. <https://doi.org/10.5752/p.1678-9563.2018v-24n2p600-615>
- Silva, M. M. V. (2007). *O processo histórico de construção das concepções de paternidade*. UFRJ.
- Soar Filhos, E. J. (2002). Espaço, identidade e saúde mental na sociedade contemporânea. In *Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas*. (26ª ed.). <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1006/4407>
- Walsh, F. (2016). *Resiliência familiar*. In: *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade*. Artmed.
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. d. M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: Entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3). <https://doi.org/10.1590/s0102-79722007000300012>
- Zani, M. R., & Mansano, S. R. V. (2017). Transformações institucionais: Um estudo sobre os novos arranjos familiares. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 38(1), 21. <https://doi.org/10.5433/1679-0383.2017v38n1p21>